

Informe FUP

25.06.2008

PLR: Petroleiros estão aprovando estado de greve e vigília de 24 horas no dia primeiro

Os trabalhadores do Sistema Petrobrás estão aprovando em assembléia os indicativos da FUP para pressionar a Petrobrás a apresentar uma proposta de PLR que contemple as reivindicações da categoria. Mobilizados, os petroleiros irão responder na luta à proposta rebaixada apresentada pela empresa. A categoria está aprovando os indicativos da FUP, manifestando nas assembléias a sua indignação e repúdio à falta de transparência com que a empresa tem tratado a negociação da PLR.

Além de recusar-se todos os anos a negociar previamente com a FUP e sindicatos critérios e regras para o provisionamento e distribuição do lucro construído pelos trabalhadores, a Petrobrás sequer leva em consideração as reivindicações da categoria. Apesar de fazer de tudo para tentar convencer o trabalhador de que teve prejuízos em 2007, a empresa não divulga, por exemplo, que aumentou, neste mesmo período, o seu patrimônio líquido em 16,73%. O valor de mercado da Petrobrás também cresceu 391,57%, entre 2003 e 2007.

Portanto, vamos construir uma grande mobilização para o dia primeiro de julho e cobrar respeito à categoria e valorização do trabalho do petroleiro.

Acompanhamento do PCAC e do Acordo Coletivo

A FUP reuniu-se com a Petrobrás no dia 20 para tratar do acompanhamento do Acordo Coletivo e do novo PCAC. A Federação iniciou a reunião repudiando as ações anti-sindicais de empresas que prestam serviço para a Petrobrás, como a Perbrás e a Manserv, que agiram de forma arbitrária, punindo dirigentes sindicais em Macaé e no Paraná, respectivamente. A FUP exigiu providências contra os atos ilegais praticados por estas empresas e ressaltou que não admitirá novas ações de perseguições políticas contra os trabalhadores.

Anistia – a Federação cobrou um levantamento sobre o pagamento dos níveis devidos aos trabalhadores que foram anistiados das punições sofridas por participação nas greves de 94 e 95. A Petrobrás alegou que não concluirá ainda junho o acerto dos níveis, como havia informado anteriormente, e que anunciará a data de pagamento até esta sexta-feira, 27. Os trabalhadores terão acesso às planilhas de pagamento com todos os retroativos. A FUP cobrou que sejam solucionados os casos dos petroleiros anistiados que tiveram seus nomes publicados em Diário Oficial, mas que não constam na listagem de pagamento da Petrobrás. A Federação orienta os trabalhadores que se encontram nesta situação a procurarem o RH local e verificar o que está acontecendo.

Auxílio ensino superior – a FUP cobrou que a Petrobrás apresente uma proposta completa de benefício educacional para os cursos de nível superior. Nas reuniões que teve este ano com a empresa, especificamente para tratar desta questão, a Federação deixou claro que há condições da Petrobrás implementar o benefício nos mesmos moldes que pratica para os cursos de nível médio e fundamental. A empresa, no entanto, tem se baseado em estudos de projetos de convênio com universidades particulares para aplicação de descontos nos cursos. A Petrobrás informou que agendará uma reunião na primeira semana de julho para apresentar a sua proposta à FUP.

Plano Petros 2 na Transpetro – a Federação voltou a cobrar a implantação do Plano Petros 2 para os trabalhadores da Transpetro, conforme compromisso assumido pelo

presidente da subsidiária, Sérgio Machado. Os representantes da empresa informaram que agendarão reunião ainda esta semana com a FUP para discutir esta questão.

Novo PCAC

A FUP lembrou que agora em julho será pago aos trabalhadores o avanço automático de nível por antiguidade (1,9% entre as tabelas A e B, a cada 18 meses, sem limitação de verba ou contra-indicação da gerência). O acordo do PCAC estabelece que o único impeditivo para o avanço automático é o fato do trabalhador ter sofrido alguma punição no período. Portanto, a Federação deixou claro que não admitirá qualquer outro critério que seja utilizado pela Petrobrás para descumprir o que foi acordado com a categoria. Há uma parte das gerências da empresa que têm pregado que a mobilidade automática por antiguidade deve seguir os mesmos preceitos do avanço de nível. A FUP ressaltou em mesa que não admitirá distorções no novo PCAC, muito menos quebra de acordo por parte da Petrobrás.

Reparação de níveis – durante a implementação do novo PCAC, cerca de 3.700 petroleiros conquistaram de um a quatro níveis em reparação às perseguições políticas sofridas no governo Fernando Henrique Cardoso. A FUP voltou a cobrar que os níveis concedidos aos trabalhadores à título de reposicionamento não sejam considerados para efeito da reparação.

Reenquadramento de júnior para pleno – a Petrobrás identificou que 471 trabalhadores com mais de 10 anos na empresa estavam enquadrados como Júnior. Destes, 176 foram reenquadrados para Pleno. A FUP continua reivindicando que, na contagem do tempo necessário para o enquadramento de Júnior para Pleno, a empresa leve em consideração os desvios de função sistematicamente praticados ao longo dos últimos anos. Por isso, a FUP voltou a cobrar que sejam reenquadrados como Pleno todos os petroleiros com mais de 10 anos de companhia e cinco anos no mesmo cargo. A grande maioria destes trabalhadores sofreu desvio de função e não é justo que permaneçam como Júnior.

Cargos extintos – a Petrobrás identificou 117 trabalhadores em cargos extintos. A FUP tornou a reivindicar que o ganho mínimo para esses petroleiros na tabela seja equivalente à passagem de Júnior para Pleno, já que todos têm mais de dez anos na função.

Direção Colegiada da FUP